

Sistematização falhou ao evitar discutir méritos

João Gilberto

Para frustração de todas as torcidas, em seus variados matizes, no país em que os regulamentos não resistem a um "jeitinho", a Comissão de Sistematização, pasmem, apenas sistematizou. E isso mesmo, o relator da comissão apresenta seu primeiro trabalho e cumpre, regra geral, a norma regimental de que lhe cabia compatibilizar os textos aprovados nas comissões temáticas. Não se envolveu no merito das grandes polémicas e, em quase tudo, apenas organizou os textos.

E verdade que a sistematização em 501 artigos, sendo 436 de disposições permanentes e os demais de normas transitorias, comete algumas falhas técnicas. A questão da remissão, na versão liberada do computador para a imprensa, deixa muito a desejar. Se o artigo 83, por exemplo, manda a gente consultar o inciso XXX do art. 2º, pode-se saber que chegando lá, não se vai encontrar nem o inciso nem o assunto desejado. Ou seja, não houve aquela revisão final para acertar a numeração dos artigos que são citados noutros e isto causa uma confusão enorme e a dificuldade, para quem lê o texto de encontrar os dispositivos referidos. Aqui, faltou, sem dúvidas, sistematizar corretamente.

O relator e seu grupo auxiliar resolveram algumas polémicas, optando por textos. E assim que o voto facultativo entre os 16 e 18 anos não permaneceu. Mas a redação dada a este assunto — o voto — criou algumas confusões. Diz que o voto é obrigatório dos 18 aos 70 e fala, noutro artigo, que não podem votar apenas os que não sabem se expressar em língua nacional, os que estejam com direitos políticos suspensos e os conscritos. Para complicar ainda mais, diz que são inelegíveis os inalistáveis e os menores de 18 anos. Misturando tudo, fica a pergunta: Para todos os maiores de 70 anos e menores de 18, o voto é facultativo? Tera chegado a vez dos baixinhos da Nuxa votarem.

A tesoura compatibilizadora de textos cortou mais fundo na ordem social. Dali caíram os princípios gerais e com isto perdeu-se o ultimo dispositivo dos vários que, desde as subcomissões, tentavam declarar o Brasil plurirracial, multirracial, ou seja, de cultura plural. Toda a mudança a respeito estava preservada, mas a declaração textual não foi encontrada no longo trabalho. Esta mudança de enfoque cultural é muito importante, vem sendo amadurecida por um pai moderno, desde que um chanceler de governos passados citou o Brasil como um "país mulato". A afirmação do caráter mestiço do povo, da etnia e da cultura, tinha sido um dos marcos da fase de subcomissões. Na mesma linha desapareceu o capítulo especial sobre minorias, negros e deficientes, mas quase todos os dispositivos estão distribuídos em outros.

Esta Constituinte foi aguardada como a primeira do Brasil urbanizado e industrializado. Ao longo das fases iniciais, surpreendeu que a "questão urbana" tenha sido tratada com timidez. A sistematização, pelo seu relator, coloca a ultima pa de café nem o capítulo sobre política ou questão urbana sobrou, apenas dispositivos dispersos. A Constituição brasileira passaria a ter um capítulo sobre política agrícola e reforma agrária e a esquecer que tem megalópolis, problemas urbanos e 70% de sua população nas cidades. A tesoura sistematizadora cortou, neste assunto, um dispositivo mal escrito que parecia indicar a obrigatoriedade de privatizar os transportes coletivos urbanos em quatro anos.

No confronto de textos divergentes das comissões temáticas, a Sistematização optou ou resolveu o impasse, trabalhando assim sobre a empresa nacional, os sindicatos, a propriedade, a anista, o Conselho da República que substituiu o Conselho de Segurança Nacional e tem outra formação, as áreas metropolitanas e microregiões e a própria definição do país e de sua soberania. Também o relator elaborou o texto da Comissão VIII, que não havia deliberado e que se refere a Família, Educação, Cultural, Esportes, Ciência e Tecnologia e Comunicação. Mas, optou por não ir além das comissões temáticas, e por isto que o projeto detalha a Justiça do Trabalho e a Militar, mas só cria, sem organizar, a agrária.

Este é apenas o primeiro rascunho de um anteprojeto totalizado. Em 15 de julho teremos o projeto e começa o verdadeiro processo de decisão.

João Gilberto Lucas Coelho 42 anos advogado especializado em Direito Constitucional e ex-deputado federal e diretor do Centro de Estudos de Acompanhamento da Constituinte entidade da Universidade de Brasília

Constituinte quer Brasil na luta pelo desarmamento

BRASILIA — A Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte inicia hoje, às 15h, a discussão de um projeto de Constituição com vários pontos polémicos. A extinção de benefícios vitalícios a quem já ocupou cargo de presidente da República, governador ou prefeito é um deles. A proposta de Carta pretende reformular o ensino da História nas escolas, entregar as terras onde existiram quilombos as comunidades negras, dar pensão aos seringueiros e assegurar emprego público a ex-combatentes e até tentar inserir o Brasil na campanha mundial pro-desarmamento.

"Como em toda Constituição, começaram a surgir os casuísmos", alerta o deputado Fernando Santana (PCB-BA), reconhecendo, contudo, que nenhum documento, desta natureza escapa de situações conjunturais. Ele exemplifica com a Constituição da Suíça, que proíbe o abate de animais sem que antes eles sejam aturridos. O projeto brasileiro não chega a tanto, mas preconiza que a felicidade de cada um não deve custar a infelicidade de ninguém, mas contribuir para a felicidade de todos.

— Em favor do divórcio, o projeto diz que a lei não limitará o número de dissoluções da sociedade conjugal. Em benefício dos menores abandonados, manda que a lei proteja e estimule a adoção.

A nova Constituição dispõe também que o Brasil deve preconizar o desarmamento geral, simultâneo e controlado, esquecendo-se de

que o país produz e exporta armas para a América Latina, África e nações árabes.

Num dos seus mais nevrálgicos capítulos, o referente à reforma agrária, o projeto a ser discutido tem um parágrafo vago. É quando pressupõe que a função social da terra e cumprida quando o imóvel "e ou esta em curso de ser racionalmente aproveitado". O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos maiores opositores da reforma agrária, explica que a terra esta em curso de ser racionalmente aproveitada, quando começa a ser plantada. Se o texto for aprovado, todo terreno que se encontre sob ameaça de desapropriação receberá sementes e mudas. Mesmo que depois tudo venha a ser abandonado.

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) foi ontem ao sítio de São José do Pericumã, nos arredores de Brasília, e entregou ao presidente José Sarney uma cópia do projeto de Constituição divulgado no dia anterior pela Comissão de Sistematização da Constituinte, da qual é relator.

Cabral foi ao sítio particular de Sarney por volta de 11h, na companhia do consultor-geral da República, Saulo Ramos. A amizade entre Cabral, Sarney e Ramos é antiga. Há um mês, durante uma reunião com a bancada do PMDB do Amazonas, Cabral disse ao presidente: "La na Constituinte o senhor pode contar comigo a hora que o senhor quiser, do dia ou da noite."